

**CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO DECOLONIAL PARA PENSAR OS ESPAÇOS E
PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

ISABELA GROSSI AMARAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

FLÁVIA LUCIANA NAVES MAFRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecimentos ao apoio do CNPq no desenvolvimento deste trabalho, através da concessão de bolsa de pesquisa.

CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO DECOLONIAL PARA PENSAR OS ESPAÇOS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

1 INTRODUÇÃO

O movimento feminista latino-americano está se reinventando, mostrando uma grande capacidade de articulação, potência e resistência. No primeiro semestre de 2018, por exemplo, tivemos no Chile a luta das mulheres por uma educação não sexistaⁱ, e na Argentina, uma multidão ocupou as ruas reivindicando a legalização do abortoⁱⁱ.

Os debates feministas na América Latina se pautam em desigualdades e injustiças, amarradas historicamente em estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas, para se pensar as múltiplas identidades, necessidades, reivindicações e interesses feministas, não implicando necessariamente em uma vivência e um passado comumente sentido por todas as mulheres “latino-americanas” (Ballestrin, 2015).

As complexidades históricas, diferentes formas de resistência e de lutas diante da opressão às mulheres se dão em diferentes formatos, e as tentativas de cosmopolitização da agenda feminista são associadas com universalismo, etnocentrismo, eurocentrismo e ocidentalismo pelos feminismos subalternos, que agregam movimentos como: feminismo pós-colonial, feminismo terceiro-mundista, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo comunitário, feminismo mestiço, feminismo latino-americano, feminismo africano, feminismo islâmico, feminismo do Sul, feminismo decolonial, feminismo fronteiriço, feminismo transcultural etc. (Ballestrin, 2015).

Uma dessas representações, o feminismo decolonial, emerge do contexto da América Latina, que tem memória de lutas coletivas contra o colonialismo, ditaduras e, posteriormente, contra o neoliberalismo (Paredes & Guzmán, 2014), desconstruindo opressões desde as suas origens quando converge múltiplas questões de gênero, raça, classe, assumindo um ponto de vista não eurocêntrico, e ao contrário de feminismos euro-ocidentais que universalizam a mulher.

A interseccionalidade das categorias raça, gênero e colonialidade (Lugones, 2008) está presente desde as primeiras publicações da pesquisadora Maria Lugones (Dias, 2014), referência nos estudos feministas decoloniais, que tem o sistema colonial/moderno de gênero como principal conceito.

Um reflexo desse sistema colonial/moderno de gênero é que mesmo quando conseguem acessar espaços tradicionalmente ocupados por homens (predominantemente brancos e de classes sociais elevadas), mulheres ainda enfrentam barreiras para se manterem nesses espaços, tornando a existência como mulher em nossas sociedades, uma luta constante. Tal situação se verifica no campo acadêmico/científico. Com aumentos expressivos de inserção das mulheres em muitas universidades, instituições de pesquisa, e participação no campo científico (Brasil, 2015; Silva & Ribeiro, 2014; Minella, 2013), ainda há arranjos que contribuem para que sejam excluídas de determinados espaços acadêmicos predominantemente masculinos (Barreto, 2015; Miguel, 2016). Entre as mulheres negras, a desvantagem é ainda mais alarmante, já que estas podem vir a sofrer com discriminação e/ou preconceito por questões de gênero e/ou raça (Crisostomo & Reigota, 2010). Além das dificuldades de acesso à universidade e ocupação de espaços no âmbito da ciência, as mulheres sofrem diversos tipos de violência dentro das universidades, desde comentários jocosos até violência física e sexual (Geledés, 2014).

Desta forma, torna-se impossível dissociar o patriarcado contemporâneo do racismo, do colonialismo e do capitalismo, porque o "Ocidente" subordina pensamentos diferentes, cria hierarquias (Gargallo, 2006). Estes espaços de produção do conhecimento-saber, como as universidades, poderiam contribuir para a superação da dominação, mas acabam repetindo

práticas e processos da colonialidade do saber, que exaltam a produção intelectual do euro-americana como "ciência" e sabedoria universal, relegando o pensamento do sul e os conhecimentos locais (Walsh, 2007), impedindo que os países colonizados consigam compreender o mundo em que se vive a partir de suas próprias epistemologias (Porto-Gonçalves, 2005).

O panorama de tornar visível e claro o que se oculta com o sistema de gênero colonial/moderno, e para isso, entender a organização social em torno da realidade da violência de gênero sistematicamente racista (Lugones, 2008), a complexidade dos processos de inclusão/exclusão que vão além da interseção ou sobreposição de desigualdades/discriminações (Almendra, 2014) nos leva ao seguinte questionamento: como o feminismo decolonial contribui para pensar e enfrentar os conflitos e processos de subalternização de mulheres nas universidades públicas latino-americanas?

Gênero e feminismo ainda são temas marginais (Narvaz & Koller, 2007) nos estudos organizacionais e a contribuição desse ensaio não está apenas em reforçar tal debate mas também revelar nuances que tendem a ser ocultadas por um movimento de valorização da produção científica europeia e norte-americana, que dominam a produção de conhecimento (Faria & Abdalla, 2014), em lugar da valorização da produção latino-americana. Se o conhecimento produzido é considerando exclusivamente matrizes norte-americanas e europeias, é preciso questionar se tal conhecimento atende às demandas sociais contemporâneas das sociedades latino-americanas. Não se trata de manifestação de "rebeldia acadêmica", mas de resgatar a contribuição das ciências sociais para as pessoas e sociedades nesse contexto específico que, como já informamos, não prioriza acesso, demandas e construções de mulheres. Assim, um debate que localiza e desmistifica social, histórica e politicamente os conflitos e opressões vivenciados por mulheres em contextos (neo)coloniais, pode contribuir na construção de pontes que ressignifiquem não apenas a atuação das mulheres, mas da própria ciência e seus espaços na sociedade.

Para atendermos ao que foi proposto, estruturamos o trabalho em outras três seções, além desta introdução. A seção 2 atenta os fundamentos teóricos que envolvem a colonialidade e o feminismo decolonial. Em seguida, na seção 3, discute-se sobre as relações dos conflitos e processos de subalternização de mulheres nas universidades com as contribuições que o feminismo decolonial traz. Na seção 4 apresentamos as reflexões finais, ao que o apresentado permitiu chegar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Colonialidade

A conquista do continente americano pelos europeus, fez com que duas articulações históricas viessem posteriormente: a modernidade e a organização colonial do mundo (Lander, 2005). A partir de um ponto de vista particular das histórias e experiências da Europa, colocada como centro do mundo, foi construída uma grande narrativa universal que é radicalmente excludente, estabelecendo uma conformação colonial entre o ocidental ou europeu (concebido como o moderno, o avançado) e os Outros, o restante dos povos e culturas do planeta (Lander, 2005).

Essa "verdade universal", homogeneizou diferenças tanto geográficas quanto identitárias dos sujeitos, desconsiderando e tentando apagar as diversas culturas, histórias, etnias, raças, políticas e economias dos povos, subalternizando seus conhecimentos (Mignolo, 2005).

Deste sistema surge o que Mignolo (2005, p. 40) chama de imaginário do mundo moderno/colonial, que é a "complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras

memórias”. Os latino-americanos detinham uma história, suas próprias referências, suas línguas, seus legados cujo esquecimento era a própria colonialidade (Miglievich, 2017).

A distinção fundamental entre colonialismo e colonialidade refere-se ao fato de que o fim da colonização ou do período colonial não extinguiu a colonialidade (Quijano, 2005); apenas as estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno (Assis, 2014).

A matriz colonial se expressa de forma hegemônica através do poder que é uma malha de relações sociais de exploração, dominação e conflitos articulados, basicamente, em torno da disputa pelo controle das seguintes áreas de existência social: 1) trabalho e seus produtos; 2) a "natureza" e seus recursos de produção; 3) sexo, seus produtos e a reprodução das espécies; 4) conhecimento; 5) a autoridade, a coerção, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular suas mudanças (Quijano, 2007).

A colonialidade está presente nas mais diversas instâncias e práticas sociais, inclusive na universidade, através das interfaces da colonialidade do saber, ser e do poder (Castro-Gómez, 2007). A colonialidade do saber está organizada de modo a dar legitimidade ou ilegitimidade a conhecimentos, estando profundamente ligado a produção de discursos favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente, à manutenção do *status quo* (Miglievich-Ribeiro & Prazeres, 2015). Neste sentido, a proposição revolucionária decolonial, é de repensar a produção do conhecimento, quem pode falar, mudar o *locus*, considerando que não apenas centros de produção de conhecimento formais, restritos a documentos oficiais, como as universidades, devem ser legitimadas, mas também fontes de aprendizagem e geração de saberes promovidos em outros espaços sociais, ambientes informais, pensando a realidade local (Bauer & Jardimino, 2005), movimentos sociais de caráter político-social (Gohn, 2011).

Aliado a colonialidade do saber, opera a colonialidade do ser, que se sustentou e sustenta colonizando as perspectivas cognitivas, os sentidos que cada indivíduo atribui às experiências vividas, o imaginário, o universo de relações intersubjetivas do mundo (Quijano, 2005), que culmina em um genocídio existencial, destituição de identidades (Maso & Yatim, 2014) e impacta a linguagem de muitos povos (Maldonado-Torres, 2007).

Todas estas operações intelectuais são claramente interdependentes e não poderiam ser cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder (Quijano, 2005). A colonialidade do poder é um conceito que explica a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de "raça" (Quijano, 2001), construída como uma estrutura biológica que situava índios, negros e mestiços como indivíduos naturalmente inferiores em relação a outros; e a articulação do controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005).

A análise de Quijano (2005) nos fornece uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista, incorporando a questão de gênero, porém de forma marginal e instrumental, sendo esta a crítica que Lugones (2014; 2007) elabora, pois para ela a análise de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas sobre o controle do sexo e seus recursos e produtos, aceitando o entendimento capitalista, eurocêntrico e global de gênero (Lugones, 2008). E o quadro de análise capitalista, eurocêntrico e global, oculta os modos pelos quais as mulheres colonizadas, não brancas, eram subordinadas e privadas de poder (Lugones, 2008).

É importante entender até que ponto a imposição desse sistema de gênero foi tão constitutiva da colonialidade do poder quanto a colonialidade do poder foi constitutiva dele, incluindo os termos de raça como uma condição necessária de sua possibilidade (Lugones, 2007). Desta forma, Lugones (2014; 2007; 2008) expande e complexifica a abordagem de Quijano, ao pensar a colonialidade do gênero como constitutivo da colonialidade do poder, o que a autora chama de sistema de gênero moderno / colonial.

A educação para a submissão de mulheres sempre envolve a imposição de um modelo

hegemônico de relações de gênero (Celentani, 2014, p. 79). Com efeito, resulta a naturalização, uma regulação da ordem social que se impõe através da sua identificação com o natural entendido como normal (Celentani, 2014). A adaptação do sexo biológico ou de uma "raça" a um comportamento social enraizado como a "ordem natural" do mundo, é produzido pela ideologia dominante de uma sociedade através de um tabu, onde historicamente ocorrem proibições sociais em que memórias são intencionalmente apagadas (Celentani, 2014). Uma construção cultural complexa em que a superioridade do homem vai sendo perpetuada através da própria cultura do país, possuindo características semelhantes ao racismo e a escravização (Gargallo, 2006).

Desta forma, entende-se como colonialidade de gênero a imposição colonial de um sistema de gênero opressivo, uma questão ideológica apresentada através do dimorfismo biológico, da dicotomia homem/mulher, do heterossexualismo, do patriarcado, da hierarquia, da sexualidade, que existe juntamente com a classificação da população em termos de raça, uma condição necessária para a sua possibilidade (Lugones, 2008; Lugones, 2014).

Gênero e raça teriam sido constructos coloniais com o objetivo de racializar e engendrar as sociedades colonizadas (Lima Costa *apud* Ballestrin, 2017, p.1047). Uma construção enraizada com muitas faces ocultadas pelo sistema capitalista moderno (Lugones, 2008). Para Gargallo (2006) é impossível dissociar o patriarcado contemporâneo do racismo, do colonialismo e do capitalismo, porque o "Ocidente" subordina pensamentos diferentes, cria hierarquias e impôs na América o padrão atual de relacionamento entre gêneros (Gargallo, 2006).

Neste sentido, Lugones (2014) chama a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de "feminismo decolonial"; é a colonialidade de gênero como a resposta de resistência a partir de uma noção subalterna de si. Uma feminista decolonial vê a diferença colonial e resiste tentando apaga-la, tentando aprender sobre as histórias das outras mulheres que também resistem à diferença colonial, permitindo assim o reconhecimento, pois, não se resiste sozinha à colonialidade do gênero (Lugones, 2014).

O racismo, o patriarcado, o sexismo são parte de uma sistemática de opressão que subordina e define o lugar de pessoas, grupos e povos, de acordo com sua raça, identidade de gênero, situação socioeconômica, escolaridade, moradia, promovendo acesso desigual às riquezas resultantes do trabalho, da renda e de bens (Sito, 2017).

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas (Davis, 2011).

Neste sentido a atuação do feminismo decolonial revê o arcabouço teórico-conceitual produzido pelo feminismo branco burguês, e avança com novas interpretações que explicam a atuação do poder a partir de posições que assumem um ponto de vista subalterno, contribuindo para a produção de novas epistemologias e marcos teóricos que confrontam a produção hegemônica da verdade imposta através da força a partir do momento da conquista e colonização da América pela Europa e Estados Unidos (Espinosa-Miñoso, 2014), reproduzida por meio de diferentes mecanismos e relações no contexto atual.

2.2 Feminismo decolonial

Ao contrário do feminismo euro-ocidental, criado a partir do individualismo de "pensadores" e seguidores (Paredes & Guzmán, 2014), por um grupo específico de mulheres que desfrutaram de privilégios graças às suas origens de classe e raça (Espinosa-Miñoso, 2014),

o feminismo decolonial - latino-americano e caribenho - tem a memória das lutas coletivas contra o colonialismo, as ditaduras e, posteriormente, contra o neoliberalismo, possuindo uma característica central, que é o encontro com todas as divergências que isso implica, estando profundamente ligado à autonomia a ser construída em seu próprio espaço (Paredes & Guzmán, 2014), se comprometendo com o desmantelamento da matriz de múltiplas opressões, assumindo um ponto de vista não eurocêntrico (Espinosa-Miñoso, 2014).

O feminismo decolonial reedita o feminismo terceiro-mundista, autodenominando-se também como feminismo do sul e feminismo fronteiriço, colocando a América Latina em particular como mapa de sua referência procurando resgatar diferentes feminismos da região (latino, negro, chicano, “de cor”, indígena e comunitário) (Ballestrin, 2015).

Relacionado à tradição teórica iniciada pelo feminismo negro, colorido e terceiro mundista nos Estados Unidos, o pensamento decolonial feminista propõe recuperar o legado crítico de mulheres e feministas da América Latina, que levantaram o problema de sua invisibilidade dentro de seus movimentos e dentro do próprio feminismo, contribuindo para pensar sobre a imbricação da opressão de classe, raça, gênero, sexualidade (Espinosa-Miñoso, 2014). O pensamento feminista negro se estabelece apontando, a princípio, a pluralidade de existências e pautando-se contra universalidades (Borges, 2017a), mostrando suas críticas à teoria clássica, o modo como essas teorias não servem para interpretar a realidade e a opressão de mulheres racializadas, cujas origens são de territórios colonizados (Espinosa-Miñoso, 2014).

É importante destacar que uma mulher negra não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, de uma perspectiva, de um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista (Bairros, 1995). Compreendendo isso, observa-se que a relação das mulheres negras e das mulheres brancas com a estrutura patriarcal se difere (Sito, 2017).

Uma teoria feminista que é supostamente sobre "mulheres", mas que de fato é apenas sobre certas mulheres, pode ser considerada falsa, provavelmente etnocêntrica, e de utilidade duvidosa, exceto para aqueles cuja posição no mundo ela fortalece (Lugones & Spelman, 1983). Pois quando se fala de “a mulher” o modelo é a mulher branca, de classe média a alta, do primeiro mundo, heterossexual (Lerma, 2010). Seres humanos não deveriam ser pensados da mesma forma, pois isso seria destituir-lhes de humanidade (Beauvoir *apud* Ribeiro, 2017). Os acontecimentos contemporâneos, por sinal, têm mostrado cada vez mais a instabilidade de qualquer projeto que pretenda ser universalmente homogêneo (Miglievich-Ribeiro & Prazeres, 2015).

Basear-se apenas na análise do gênero como uma categoria analítica, explica a subordinação de mulheres e teóricas feministas que não foram capazes de observar e criticar seus próprios privilégios dentro do grupo de mulheres considerando o viés de raça e classe (Espinosa-Miñoso, 2014). Isso impediu, e não permite ainda hoje, que o feminismo clássico, ao problematizar a produção de conhecimento e os critérios aos quais essa produção é acolhida, explique a colonialidade que permeia todo o seu (próprio) trabalho, não conseguido evidenciar problemas colocados pelas feministas negras, lésbicas, indígenas, do terceiro mundo, a profunda interconexão entre as estruturas de dominação, o racismo, a modernidade e a colonialidade (Espinosa-Miñoso, 2014).

Lugones e Spelman (1983) veem que as razões relacionadas com discurso cheio de reclamações com mulheres brancas / anglo é que estas e as mulheres subalternizadas não falam a mesma língua, e quando as mulheres vulneráveis falam, tem de usar a linguagem da experiência e das teorias feministas hegemônicas.

As produções intelectuais, saberes, vozes e experiências dos grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada são mantidos em um lugar silenciado estruturalmente, por condições sociais que dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas

produções (Ribeiro, 2017). O lugar de fala a partir do ponto de vista feminista é resultante do lugar social em que se ocupa: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, restringindo não só o falar, as palavras, mas a possibilidade de existir (Ribeiro, 2017).

Algumas vozes de certas mulheres são mais propensas a serem ouvidas do que de outras, pois nem todas as mulheres são igualmente vulneráveis em relação a raça, classe, etc., e o grupo das mais vulneráveis sentem sempre um convite ao silêncio, em vez de discursos, e quando são solicitadas a falar – se forem solicitadas – é sobre "mulheres" (com o invólucro claro) (Lugones & Spelman, 1983).

A exigência de que a "voz da mulher" seja ouvida, e a busca pela "voz da mulher" é um dos temas centrais da teoria feminista, na medida em que pressupõe o silenciamento de algumas mulheres, revela um padrão sistemático de poder, autoridade e injustiça (Lugones & Spelman, 1983). Esta problemática culminou na expressão "lugar de fala", e argumenta-se que esta discussão é sobretudo estrutural, sobre o *locus* social, questionando a legitimidade que é conferida a quem pertence ao grupo localizado no poder (Ribeiro, 2017). "Quem pode falar? O que acontece quando nós falamos? Sobre o que é permitido falar? Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes?" (Kilomba *apud* Ribeiro, 2017, p. 76). O importante é que os indivíduos que pertencem ao *locus* social privilegiado, consigam enxergar as hierarquias produzidas e como isto impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados, de modo a apontar para a importância de quebra de um sistema vigente que inviabiliza essas narrativas (Ribeiro, 2017).

Desta forma, além de refutar o olhar colonizador sobre os corpos, saberes e produções das mulheres colonizadas, é preciso que se parta de outros pontos, promover discursos contra hegemônicos constituídos a partir de outros referenciais e geografias, que visem pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante (Ribeiro, 2017). "Pensar em lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia" (Ribeiro, 2017, p. 90).

É urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se possa construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram escondidos dentro dessa normatização hegemônica (Ribeiro, 2017). E mais do que dar a voz a mulheres silenciadas, é necessário treinar os ouvidos dos demais para que a voz ao ser pronunciada seja escutada e valorizada (Miglievich-Ribeiro & Prazeres, 2015).

Isso significa confrontar o universalismo para o reconhecimento da diversidade epistemológica, ontológica e cultural (Santos, 2008), deslocando as formas hegemônicas do conhecimento (Miglievich, 2017). Tais deslocamentos ocorrem individual e coletivamente, entre outros processos, a partir do que Lugones denomina viajar-entre-mundos ou seja, entre o lugar onde as pessoas são inteiras e completas, e o lugar onde a dominação caracteriza-as como sendo outras (Dias, 2014). O conceito de viajar-entre-mundos de Lugones (1987) mostra que só é possível se identificar e entender o que é ser a outra pessoa viajando para o "mundo" dela, e isto também fará entender o que é ser nós mesmos em seu mundo. E é este pensamento que pode moldar um modo transversal e horizontal de comunicação e interação desinteressada, aberta e descentralizada das teorias e práticas feministas ocidentais e não ocidentais (Tlostanova, Koobak & Thapar-Björkert, 2016).

Por essas razões, as teorias feministas - de todos os tipos - devem basear-se na variedade de histórias da vida real que as mulheres fornecem sobre si mesmas (Lugones & Spelman, 1983). As autoras abordam que essa reconstrução ocorre quando se desprende do conceito de mulheres como mulher, pois não chegou a este conceito como uma consequência do diálogo

com muitas mulheres que são culturalmente diferentes, ou por qualquer outro tipo de investigação de diferenças culturais que podem incluir diferentes concepções do que é ser uma mulher (Lugones & Spelman, 1983).

O diálogo coloca em posição de fornecer uma melhor explicação da experiência de cada um e da própria experiência, e é necessário entender as experiências e o mundo do outro não como um observador entende as coisas, mas como um participante, como alguém que tem uma participação nelas, as entende (Lugones & Spelman, 1983). Esse aprendizado é extremamente difícil, porque requer abertura, sensibilidade, concentração, autoquestionamento, circunspeção, esforço para entender o que as vozes das mulheres vulneráveis estão dizendo, para então se poder engajar em um diálogo mútuo, que não se reduza a uma instância, uma abstração chamada "mulher" (Lugones & Spelman, 1983, p. 581) que invisibiliza as "outras" mulheres: coloridas e não pertencentes à classe social dominante (Almendra, 2014).

3 DISCUSSÃO

Os espaços legitimados para produção de conhecimento na América Latina são as universidades, mesclando funções educacionais, científicas e de relacionamento com as comunidades. A maioria das universidades da América Latina reproduz um modelo baseado na colonialidade, pois nasceu de processos conflituosos para atuar como instrumento das classes dominantes para o controle dos novos territórios (Gálvez-García, 2011).

Esses espaços de conhecimento representam o sonho de parcela significativa da população que acredita que a passagem por uma universidade será capaz de modificar positivamente sua vida. Contudo, quando estudantes de grupos socialmente marginalizados ou vulneráveis (étnicos, mulheres ou outros) entram na universidade, verificam que a sua inclusão é também uma forma de exclusão, quando confrontam-se com a tábua rasa que é feita das suas culturas e dos conhecimentos próprios das comunidades donde se sentem originários (Santos, 2005). Mas, mesmo assim, a presença de sujeitos diversos no ambiente elitizado das universidades, que antes era majoritariamente composto por homens brancos, promove discussões, debates e quebra, aos poucos, muitos padrões e condutas enraizadas, pois amplia a inserção da cultura desses povos que por tantos anos foi relegada devido à herança colonialista (Fernandes, 2013).

Conquistar acesso à educação, é fundamental tanto para as mulheres que ainda se veem privadas desse direito, quanto para as instituições educacionais e de pesquisa que têm assim a oportunidade de conhecer a realidade de uma população que não influencia os processos de formação ou de produção do conhecimento. Contudo, esse processo de mudança enfrenta muita resistência daqueles que pretendem manter o *status quo*. Por isso, o acesso à universidade envolve, para as mulheres (assim como outras minorias) muita luta. Acesso não é garantia porque as mulheres continuam sendo mulheres e as instituições (ainda que proclamem defesa da diversidade), exercem a colonialidade de tantas, sutis e elaboradas formas que tornam difíceis as resistências de grupos minoritários. Mesmo assim, a presença de mulheres nos espaços que são, tradicionalmente de legitimação do saber, são muito importantes e têm fortalecido resistências, mesmo que pequenas, contra a indiferença da universidade com os movimentos sociais, que tentam driblar o conservadorismo característico do espaço acadêmico (Monteiro, 2017).

Podemos ver no cenário universitário quadros de violência e exclusão, conjuntamente com o crescente número de mulheres nas universidades que vem fomentando uma luta constante por espaço e expressão. Em 2018, a professora Heloísa Buarque de Almeida da USP, avalia que vem ocorrendo o crescimento de um movimento feminista jovem. Sua presença está cada vez maior nas universidades, em que esse movimento vem questionando naturalizações arraigadas, e indo além se fazendo muito forte na internet, nas periferias, nas próprias escolas

de ensino médio e fundamental que já possuem coletivos feministas e LGBTs demandando mais direitos, mostrando assim, que estamos vivendo um momento de politização (Almeida, 2018).

Neste ano também tomaram grandes proporções na mídia a luta no Chile, por uma educação não sexista, pelo fim do assédio e abusos por mais mulheres no comando de universidades e incorporação do debate de gênero nas universidadesⁱⁱⁱ. Na Argentina a luta pela legalização do aborto, países estes que possuem um nível de politização mais alto, que tem uma tradição de manifestações e protestos nas ruas, e isso tem se tornado cada vez mais visível (Almeida, 2018). No Dia Internacional das Mulheres houve protestos feministas de alcance global rompendo barreiras com manifestações em países muçulmanos; a América Latina também contou a participação de milhares de mulheres, sendo destaque a Argentina, o país com a maior mobilização (El País, 2018). No ano de 2017, um contexto recente, muitos movimentos feministas levantaram a voz contra a violência machista na América Latina, abrindo espaços de resistência, debates e criação de laços entre as lutas (Arzaba, 2018).

Os desafios para a mulher latino-americana hoje são gritantes. Um estudo recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ONU Mulheres mostrou que a região da América Latina e Caribe é a mais violenta do mundo para as mulheres^{iv}. Mesmo aumentando o número de países com políticas nacionais de proteção às mulheres, de 24 em 2013 (74% do total) para 31 em 2016 (94%), o número de feminicídios e violências sexuais está aumentando (ONU Mulheres, 2017).

Esse contexto de violência nos leva a retomar a matriz colonial para denunciar e compreender como processos de subalternização e também de resistência ocorrem nesse espaço do campo científico. Organizações e pesquisadores têm buscado resgatar a presença das mulheres na produção do conhecimento^v, revelando que seus nomes e suas imagens praticamente apagadas da história. A maioria das listas divulgadas, raramente inclui mulheres que não tenham origem europeia ou norte americana. Alguns fragmentos têm permitido resgatar trajetórias brilhantes, mas também e principalmente revelar violências sofridas por tais mulheres. Um silêncio constrangedor tende a se manifestar quando esse tema é tratado, indicando a naturalização do apagamento das mulheres nesse campo. Talvez porque embora seus nomes tenham sido ocultados, suas contribuições científicas foram utilizadas e continuam sendo importantes para o desenvolvimento científico e tecnológico, o que revela a apropriação do trabalho (Quijano, 2007) das mulheres no campo científico e dos produtos dele derivados. Mas, não se trata do passado. A apropriação de trabalhos, ideias e produtos produzidos por mulheres no campo acadêmico ainda é denunciada todos os dias. Isso acontece quando um homem de uma equipe de trabalho explora ideias de uma colega, quando desvaloriza o trabalho produzido por uma mulher e depois o utiliza em outro momento, ou quando impede que uma mulher se expresse e apresente seus argumentos. Tudo isso acontece como se tal apropriação e exploração fossem naturais, mantidos muitas vezes com ameaças e assédio. Assim, embora a produção de conhecimento esteja enraizada na colonialidade, discutir tais assuntos ainda é considerado como algo subjetivo, que ultrapassa a função dos espaços de produção de conhecimento.

Assim, a resistência a tais abusos (e aqueles que fazem parte dela) é marginalizada no âmbito acadêmico e científico. Mesmo grupos de pesquisa que se dispõem a debater a temática de gênero, por exemplo, têm suas práticas muitas vezes customizadas pelas normas institucionais que ignoram o cotidiano das mulheres que conseguiram acesso ao campo científico. Por esses e outros motivos, muitos movimentos de resistência feministas se mantêm na informalidade.

Esse ambiente hostil, infelizmente, tornar-se ainda pior com as tentativas de apropriação, não apenas de ideias, mas dos corpos^{vi} de mulheres nos espaços de produção do conhecimento. As mulheres são estereotipadas, classificadas, muitas vezes publicamente, em função de seus

traços físicos, formas de se vestir, posicionamentos políticos, orientação e atitudes sexuais, por pessoas que se consideram superiores e imbuídas de poder para conduzir tais processos que são desrespeitosos, humilhantes, que ignoram a autonomia das mulheres, suas histórias e contribuem para que o mundo seja visto por uma perspectiva simplista, preconceituosa e limitada. A apropriação dos corpos se dá quando uma terceira pessoa ou instituição define um padrão de roupa se pode usar, proíbe mulheres de amamentarem, ou criminaliza manifestações de afeto. Estereótipos - de sexualização e instrumentalização - que as mulheres negras historicamente carregam de forma ainda mais subjugada, agredidas por sua forma física ou psíquica (Borges, 2017b). Embora universidades ainda mantenham um discurso oficial de igualdade e respeito aos direitos e pessoas, o que se observa é um silêncio absoluto quando há uma denúncia de estupro numa universidade e, muitas vezes sequer punição de culpados^{vii}. Esse tipo de prática reflete a apropriação do sexo e seus produtos como define Quijano (2007).

A apropriação do trabalho e dos corpos, se faz apagando as histórias das pessoas que as possuem, legitimando visões de mundo que não correspondem às vidas dessas mulheres, legitimando um lugar inferior para todas elas, por meio de padrões de autoridade, coerção e de relações sociais conservadores, que, por sua vez, só se sustenta devido às violências pelas quais se impõe. Conquistar um lugar em espaços de produção do conhecimento não é suficiente. Manter-se nesse espaço revela-se uma luta constante para mulheres. Muitas, se calam e reproduzem as violências de que foram vítimas. Outras se rebelam, denunciam e lutam. Em ambos os casos, todas se machucam. Então, visibilizar e contar essas histórias é uma forma de mudar as relações que se estabelecem nesses espaços, criando condições de existência digna para as mulheres. Mas, não é apenas isso. À medida em que se consolida espaço e poder para mulheres no âmbito acadêmico e científico, a forma de ver o mundo se modifica, e com isso, a forma de produzir conhecimento sobre esse mundo também pode se modificar. Será que as temáticas que orientam as pesquisas hoje interessam aos grupos minoritários, especificamente às mulheres? Além disso, se a ciência e educação se aproximam no contexto da América Latina tendo como foco as universidades, é preciso pensar os processos de ensino aprendizagem. Se, como lembra Celentani (2014), a educação para a submissão de mulheres sempre envolve a imposição de um modelo hegemônico de relações de gênero, a educação, questionando tal modelo hegemônico, revela-se um caminho importante para mudanças no sistema mundo colonial de gênero.

A produção científica e a formação acadêmica estão voltadas na maioria das universidades para demandas das elites e referências que muitas vezes não fazem sentido na vida das pessoas que ocupam esse espaço. Isso faz com que haja um insulamento da ciência em relação a sociedade, que tende a desvalorizar o que é produzido nesse campo, enquanto saberes não hegemônicos, construídos e experienciados por mulheres no cotidiano, são desprezados e desperdiçados.

A decolonialidade parte aqui, assim como o feminismo decolonial da exigência de que a "voz da mulher" seja ouvida (Lugones & Spelman, 1983), de se construir novos lugares de fala (Ribeiro, 2017) que a colonialidade ainda silencia e exclui. Essas mulheres, conquistando espaço no campo acadêmico e científico, trazendo sua história e origem assim como de outras mulheres, estão viajando entre mundos (Lugones, 1987). E, com isso, se transformando, transformando relações dos seus lugares de origem e também do seu destino. Nesse sentido, o feminismo decolonial pode contribuir para refletir e mudar as experiências de mulheres e de todo o contexto da produção de conhecimento.

Observa-se que há certa predominância dos movimentos feministas brancos e burgueses em espaços de produção do conhecimento e seus debates têm sido separados dos debates raciais e LGBTQ+, por exemplo, o que traz, desta forma, a necessidade do feminismo de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas, que vem acontecendo, de fato, no contexto da América Latina, principalmente (Costa, 2013). O feminismo não vai "sair da bolha"

se não incluir além da luta contra o patriarcado, a luta antirracista, antiLGBTfóbica, luta de classes, entre tantas outras. Neste sentido, o feminismo decolonial propõe um feminismo latino-americano que discuta a desconstrução desses paradigmas hegemônicos, considerando coletivo o processo de resistência e de atos de resistência (Lugones, 1992).

Tirar essas pautas da invisibilidade e promover um olhar interseccional sobre as realidades, mostra-se muito importante para que se fuja de análises simplistas ou para romper com universalidades que exclui (Ribeiro, 2017). Pois mais do que compartilhar espaços de poder, é necessário pensar no empoderamento como um mecanismo estratégico, com centralidade em uma luta interseccional (Sito, 2017).

A interseccionalidade é uma ferramenta conceitual e analítica útil para entender e responder às maneiras pelas quais o gênero se cruza com outros eixos que dão origem a situações de opressão ou privilégio e que não podem ser entendidos separadamente - como raça, classe social, orientação sexual, diversidade funcional etc. (Almendra, 2014). Este é um dos novos desafios nos movimentos feministas, e que está presente no feminismo decolonial, que é compreender esta interseccionalidade como construto central do sistema de poder capitalista mundial, e para isso, deve-se “aprender” sobre povos (Lugones, 2014).

Para enfrentar esse desafio, os espaços de confluência, colaboração, síntese e criação de alternativas que exercitem a “tradução” e a empatia são muito importantes (Ballestrin, 2015). Pois os debates não são sobre diferenças, mas sim sobre estar em diferentes posições para enxergá-las ou mesmo identificá-las; o debate ainda é sobre igualdade (Ballestrin, 2015). Também nesse sentido, uma ciência e uma educação que reflitam a realidade são processos importantes para se alcançar o objetivo de uma nação descolonizada, ou seja, trazer para o centro de nosso campo de visão e projeção as múltiplas formas através das quais grupos diversos reinventam os sentidos do bem comum, os sentidos do coletivo, apostando na potência das raízes populares (Pinheiro-Machado, 2017).

O campo científico e acadêmico tem um poder significativo na reprodução da colonialidade sendo espaços privilegiados para a dominação. Por isso mesmo, ocupar esses espaços, ressignificá-lo é tão importante. A ótica do feminismo decolonial contribui nesse sentido, promovendo o enfrentamento das raízes do sistema colonial de gênero.

As recentes expressões de luta e militância das mulheres mostram suas forças, potencialidades e mais do que isso, mostram que querem cada vez mais desvelar questões latentes, ferramentas de dominação da própria cultura que pode ser vista como um campo de conflito entre opressores e oprimidos (Ania Loomba *apud* Ballestrin, 2015).

Um conflito que precisa ser enfrentado para que chegue ao fim a colonização do pensamento e corpo das mulheres, o medo, perseguição, machismo, patriarcado, intimidação, assédio, a desqualificação cotidiana e o insulto em suas vidas. É lutar contra a discriminação, a violação de corpos, o assassinato de mulheres, a zombaria e a violência (Paredes & Guzmán, 2014).

Este novo horizonte feminista, o feminismo decolonial (Dias, 2014) contribui para compreensão das estruturas sociais e processos de resistência vividos por mulheres no âmbito dos espaços de produção do conhecimento e, dessa forma contribui para uma transformação epistêmica, reforçando que conhecimento é produzido em diferentes espaços e não apenas no âmbito das universidades e centros de pesquisa, o que modifica a forma de pensar, os processos de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento da pesquisa científica, as atividades de extensão nas universidades.

4 DESFECHO E INDAGAÇÕES

Uma grande complexidade envolve os movimentos feministas, seus papéis na sociedade, seus relacionamentos com diversos interesses, tanto internos quanto externos aos movimentos.

A saber, o movimento feminista está longe de ser um campo homogêneo, ao contrário, há diferentes debates contra os quais não há consenso, sendo possível observar amplas e complexas discussões que dão conta das descontinuidades e rupturas dentro do movimento feminista e dos grupos acadêmicos que o discutem, que remetem tanto a aspectos teóricos quanto práticos, incluindo tensão, interdependência e múltiplas conexões (Almendra, 2014).

A colonialidade está relacionada com produção de verdades ou visões hegemônicas, aceitas por todos. Uma estrutura social e um modelo mental que viabiliza a dominação e que está amplamente enraizada na produção de conhecimentos científicos (e não científicos) que legitimam tais relações de poder. A decolonialidade passa, portanto, por refletir sobre a produção de conhecimento e processos de ensino aprendizagem que dependem diretamente do que se estabelece como conhecimento científico, já que ambos contribuem fortemente para nossa forma de agir no mundo.

Mas, mudança na produção de conhecimento depende de ouvir outras vozes e permitir que outros sujeitos sejam condutores desse processo. Descolonizar nesse sentido implica em dar voz a quem não se permite falar, atribuindo e reconhecendo responsabilidade e poder a esse sujeito. Nosso recorte nesse estudo voltou-se para as mulheres que têm acessado cada vez mais o campo acadêmico e científico, mas que enfrentam muitos obstáculos e violência para se manterem nesses campos, até porque foram espaços criados pelas elites. Quando se discute a América Latina, é preciso lembrar que o feminismo branco e burguês não é suficiente para explicar, compreender e dar suporte às trajetórias dessas mulheres. Daí a importância do feminismo decolonial, que empregado na análise das situações vivenciadas por mulheres na América Latina, revela e força da matriz colonial na apropriação do trabalho e seus produtos, no sexo e na legitimação de autoridade e relações sociais conservadoras (Quijano, 2007), graças ao uso de diversas formas de violência e coerção.

O feminismo decolonial revela que mudanças na produção de conhecimento podem ser engendradas a partir da inserção e consolidação das histórias e saberes de mulheres marginalizadas que, ao acessarem universidades, estão viajando-entre-mundos (Lugones, 1987), produzindo mudanças em si mesmas, nos seus locais de origem e no de destino.

Contudo, o desafio de mudança nesse espaço passa pela competição entre grupos sociais tais como feministas, feministas negras, movimentos raciais e LGBT+, por exemplo. O feminismo decolonial alerta sobre a necessidade dos movimentos feministas dialogarem e estabelecerem identidades com tais movimentos. Acredita-se (e merece investigação) que o contexto de competição estimulado no âmbito acadêmico e científico influencia as disputas entre tais grupos que, isolados tornam-se vulneráveis às ações institucionais movidas pela colonialidade.

O feminismo decolonial propõe ouvir e dar visibilidade às histórias de mulheres (assim, no plural), deslegitimando violências, construindo laços e se fortalecendo e, este processo, no âmbito acadêmico-científico, pode levar a uma outra forma de fazer ciência, (re)definindo orientações de pesquisas, formas de divulgação, recursos disponibilizados, entre outros.

Neste sentido, o diálogo é a maior ferramenta de transformação que se pode ter (Lugones & Spelman, 1983). Diálogo para promover um olhar para si e para todos os Outros, um olhar interseccional (Ribeiro, 2017), pois uma das maiores formas de violência é não reconhecer a humanidade na outra pessoa, a variedade de histórias da vida real das mulheres (Lugones & Spelman, 1983).

Não foi e nem será possível avançar na elaboração de um consenso democrático capaz de confrontar e contestar a “normalidade” institucional, o Estado brasileiro, a forma hegemônica de produção de conhecimento sem as ideias, práticas e lutas feministas, especialmente quando próximas do movimento negro, indígena, LGBT+, comunidades periféricas e grupos marginalizados, que são o substrato atual de um futuro democrático e inclusivo (Mussi, 2017). O feminismo decolonial contribui para repensar esses espaços denunciando e compreendendo

de forma profunda as manifestações de colonialidade e para a reconstrução desses espaços de produção de conhecimento (bem como do próprio conhecimento) não apenas pela perspectiva de uma mulher idealizada, mas das conexões sociais que fazem mulheres serem quem são.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, H. B. de. (2018). Feminismo cresce na América Latina e no Brasil. *Rádio USP por Bruna Caetano*. Recuperado em 19 de junho, 2018, de <https://jornal.usp.br/atualidades/feminismo-cresce-na-america-latina-e-no-brasil/>

Almendra, J. C. (2014). Reflexiones sobre el proceso de investigación. Una propuesta desde el feminismo decolonial. *Athenea Digital* - 14(4): 261-285, diciembre.

Arzaba, A. (2018). 2017: mais um ano de empoderamento feminino na América Latina. *Global voices*. Recuperado em 19 de junho, 2018, de <https://pt.globalvoices.org/2018/01/05/2017-mais-um-ano-de-empoderamento-feminino-na-america-latina/>

Assis, W. F. T. (2014). Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez.

Bairros, L. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 458.

Ballestrin, L. M. de A. (2015). Feminismos Subalternos: contribuições, tensões e limites. 39º *Encontro anual da ANPOCS*.

Ballestrin, L. M. de A. (2017). Feminismos Subalternos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro.

Barreto, P. C. da S. (2015). Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril.

Bauer, C., & Jardimino, J. R. L. (2005). Apontamentos sobre uma história recente: gênese e desenvolvimento da universidade brasileira. *Rhela - Revista História de la Educación Latinoamericana*. Vol. 7.

Borges, J. (2017a). Feminismo negro: resistência anticapitalista e radicalização democrática. In: Bueno, W., Burigo, J., Pinheiro-Machado, R., & Solano, E. *Tem saída? Ensaios Críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre, RS: Zouk.

Borges, J. (2017b). Não somos apenas bunda! Ou sobre a erotização da mulher negra. *Revista Fórum*. Recuperado em 12 de julho, 2018, de <https://www.revistaforum.com.br/nao-somos- apenas-bunda-ou-sobre-erotizacao-da-mulher-negra/>

Brasil. (2015). Censo da educação superior 2013: resumo técnico. *Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação*. Recuperado em 01 de fevereiro, 2018, de http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf

Castro-Gómez, S. (2007). Decolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de

saberes. In: Castro-Gómez, S., Grosfoguel, R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

Celentani, F. G. (2014). *Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Editorial Corte y Confección, Ciudad de México, Primera edición digital, enero de.

Costa, A. A. A. (2013). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2.

Crisostomo, M. A. dos S., & Reigota, M. A. dos S. (2010). Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 93-106, jul.

Davis, A. (2011). As mulheres negras na construção de uma nova utopia. *Geledés Instituto da Mulher Negra*. Recuperado em 10 de março, 2018, de <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>

Dias, L. O. (2014). O feminismo decolonial de María Lugones. *Anais 8º ENEPE UFGD – 5º EPEX UEMS*, Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão.

El País. (2018). *Dia internacional da mulher*. Recuperado em 19 de junho, 2018, de https://brasil.elpais.com/tag/dia_internacional_mujer/a/

Espinosa-Miñoso, Y. (2014). Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El cotidiano*, v. 29, n. 184, p. 7-12.

Faria, A., & Abdalla, M. M. (2014). Engajando com o Lado Mais Sombrio do Mercado e da Gestão. *Anais Encontro da ANPAD – EnANPAD*. Rio de Janeiro: ANPAD.

Fernandes, R. M. C. (2013). Educação e desigualdade social: quando as minorias étnicas adentram a Universidade. In: Meireles, M. et al. (Org). *Ensino de Sociologia: Diversidade, Minorias, Intolerância e Discriminação Social*. Porto Alegre: Evangraf / LAVIECS.

Gálvez-García, C. I. (2011). Reseña del libro Pensadores y forjadores de la universidad latinoamericana, editado por Carmen García Guadilla. *Revista Iberoamericana de Educación Superior (ries)*, México, issue-unam/ Universia, vol. II, núm. 3, pp. 173-178.

Gargallo, F. (2006). *Ideas feministas latinoamericanas*. Historia de las ideas, Ciudad de México.

Geledés. (2014). Violência contra mulher e a omissão das universidades brasileiras. *Instituto da mulher negra*. Recuperado em 19 de fevereiro, 2018, de <https://www.geledes.org.br/violencia-contra-mulher-e-omissao-das-universidades-brasileiras/>

Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago.

Lander, E. (2005). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: Lander, E. (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO.

- Lerma, B. R. L. (2010). El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. *La manzana de la discordia*, Julio-Diciembre, vol. 5, n. 2.
- Lugones, M. (1987). Playfulness, “World”-Travelling, and Loving Perception. *Hypatia*, v. 2, n. 2.
- Lugones, M. (1992). On borderlands/La frontera: An interpretive essay. *Hypatia*, v. 7, n. 4.
- Lugones, M. (2007). Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, v. 22, n. 1.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro.
- Lugones, M. C., & Spelman, E. V. (1983). Have we got a theory for you! Feminist theory, cultural imperialism and the demand for ‘the woman’s voice’. *Women’s Studies Int. Forum*, vol. 6, n. 6.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Maso, T. F., & Yatim, Leila. (2014). A (de) colonialidade do saber: uma análise a partir da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). *Revista Paidéia*, v. 11, n. 16.
- Miglievich, A. (2017). O giro decolonial latino-americano: um movimento em curso. *Blog do Sociófilo. Seção Cartografias da Crítica*. Recuperado em 01 de maio, 2018, de <https://blogdosociofilo.com/2017/05/18/o-giro-decolonial-latino-americano-um-movimento-em-curso/>
- Miglievich-Ribeiro, A., & Prazeres, L. L. G. dos. (2015). A produção da Subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. *Temáticas*, Campinas, 23, (45/46): 25-52.
- Mignolo, W. D. (2005). *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. Buenos Aires: CLACSO.
- Miguel, S. (2016). Preconceitos e estereótipos impactam progressão da mulher na ciência. *Jornal da USP*. Recuperado em 19 de fevereiro, 2018, de <http://jornal.usp.br/universidade/preconceitos-e-estereotipos-impactam-progressao-da-mulher-na-ciencia/>
- Minella, L. S. (2013). Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 95-140.
- Monteiro, J. O. (2017). Que a universidade se pinte de povo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129.

Mussi, D. (2017). “Mayara morreu três vezes”: feminicídio e consenso autoritário na crise brasileira. In: Bueno, W., Burigo, J., Pinheiro-Machado, R., & Solano, E. *Tem saída? Ensaios Críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre, RS: Zouk.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2007). A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 3, pp. 216-223.

ONU Mulheres (2017). *Região da América Latina e do Caribe é a mais violenta do mundo para as mulheres, diz ONU*. Brasil. Recuperado em 19 de junho, 2018, de <http://www.onumulheres.org.br/noticias/regiao-da-america-latina-e-do-caribe-e-a-mais-violenta-do-mundo-para-as-mulheres-diz-onu>

Paredes, J. C., & Guzmán, A. A. (2014). *El Tejido de la Rebeldía. Que es el feminismo comunitario?* Comunidad Mujeres Creando Comunidad, La Paz.

Pinheiro-Machado, R. (2017). Imaginar novas saídas. In: Bueno, W., Burigo, J., Pinheiro-Machado, R., & Solano, E. *Tem saída? Ensaios Críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre, RS: Zouk.

Porto-Gonçalves, C. W. (2005). Apresentação da edição em português. In: Lander, E. (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO.

Quijano, A. (2001). Colonialidad del poder, globalización y democracia. *Tendencias básicas de nuestra época: globalización y democracia*.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO.

Quijano, A. (2007). Colonialidad del poder y clasificación social. In: Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando.

Santos, B. de S. (2005). A universidade no século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 23.

Santos, B. de S. (2008). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed - São Paulo: Cortez.

Silva, F. F. da., & Ribeiro, P. R. C. (2014). Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. *Ciência & Educação*, (Bauru), v. 20, n. 2.

Sito, L. (2017). Por que as mulheres negras não são vistas como um setor estratégico na construção de um novo cenário político-econômico para o Brasil? In: Bueno, W., Burigo, J., Pinheiro-Machado, R., & Solano, E. *Tem saída? Ensaios Críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre, RS: Zouk.

Tlostanova, M., Koobak, R., & Thapar-Björkert, S. (2016). Border thinking and disidentification: Postcolonial and postsocialist feminist dialogues. *Feminist Theory*, 0(0) 1–18.

Walsh, C. (2007). Interculturalidad colonialidad y educación. *Revista Educación y Pedagogía*, vol. XIX, núm. 48.

ⁱ Cf. <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-feminismo-toma-o-chile> Acesso em: 19/06/2018.

ⁱⁱ Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/14/internacional/1528953336_217393.html Acesso em: 19/06/2018.

ⁱⁱⁱ Cf. <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/05/09/Por-que-mulheres-est%C3%A3o-ocupando-e-paralisando-universidades-no-Chile> Acesso em: 12/07/2018.

^{iv} Cf. http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/12/DEL_COMPROMISO_A_LA_ACCION_ESP.pdf Acesso em: 19/06/2018.

^v Cf. <https://www.blogs.unicamp.br/protagonismofeminino/https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/03/10-grandes-mulheres-da-ciencia.html> Acesso em: 12/07/2018.

^{vi} Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/05/assedio-sexual-e-algo-frequente-dentro-das-universidades-do-pais-diz-pesquisadora.shtml> Acesso em: 12/07/2018.

^{vii} Cf. <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2016/11/doi-anos-apos-cpi-casos-de-estupro-nao-tem-punicao/> Acesso em: 12/07/2018.